

# A laicidade e o “jeitinho brasileiro”: formas diversificadas e improvisadas de regulação do religioso em ambientes laicos e públicos: o caso de escolas municipais de Juiz de Fora/ MG \*

Secularism and the ‘Brazilian way’: diverse and improvised  
forms of regulation of the religious in public and secular  
environments: the case of public schools in Juiz de Fora / MG

*Marcelo Ayres Camurça\*\**  
*Sueli Martins\*\*\**

## Resumo

---

A partir de um estudo de caso de escolas municipais na cidade de Juiz de Fora, este artigo visa discutir a questão de fundo da laicidade no Brasil. Tomando a perspectiva do debate internacional atual que analisa este processo de uma forma plural e não como via única que tem como modelo os países europeus e os EUA, busca-se aqui estabelecer uma tipologia – três casos paradigmáticos – que nos aproxime das formas diferenciadas e informais de regulação do religioso no ambiente público escolar.

---

**Palavras-chave:** *Chave: Escolas públicas, laicidade, regulação, religiões, Brasil.*

---

\* Recebido em 13/05/2014. Aprovado em 05/10/2014

\*\* Marcelo Ayres Camurça é docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião (PPCIR) da UFJF.

\*\*\* Sueli Martins é professora da Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora e Mestre em Ciência da Religião pelo PPCIR/UFJF.

## Abstract

---

Drawing upon a case study on public schools in the city of Juiz de Fora (MG), this article aims to discuss the substantive issue of secularism in Brazil. The paper builds on the current international debate that analyzes the process of secularization under a plural and multidimensional, rather than one-dimensional perspective, which has been modeled on European countries and the United States. We seek to establish a typology based on three paradigmatic cases that may bring us closer to the differing forms and informal regulation of the religious phenomenon in the public education environment.

---

**Keywords:** *Public schools, secularism, regulation, religions, Brazil.*

---

## Introdução

O tema da laicidade, já clássico nos estudos das Ciências Sociais na Europa, parece estar ganhando espaço no Brasil, dentro da literatura sociológico-antropológica que estuda o fenômeno religioso (Montero, 2012, 2013; Burity, 2011; Giumbelli, 2012, 2013a, 2013b, Mariano, 2011, Oro, 2011).

Mas não só aqui, o antropólogo Giumbelli aponta a partir dos anos 2000 uma “efervescência editorial em língua inglesa sobre o tema”, que nesta realidade é grafada com o nome de “secularismo” (2013a, p.44). O interessante é que ele acentua nesta literatura o uso do plural para o tratamento do fenômeno: laicidade(s) secularismo(s) (2013a, p.44). Este enfoque mais diferenciado e múltiplo é tributário da já clássica obra de José Casanova, que apontou para os limites do conceito de secularização como um processo único, teleológico e necessário para todos os povos (1994). Em Talal Asad, a crítica do conceito se radicaliza, revelado como historicamente contingente, mas com exitoso padrão de exportação a partir dos EUA e Europa em direção às outras sociedades seguindo a senda da desigualdade do capitalismo globalizado (1993).

Fenella Cannel em balanço da literatura sob o tema já propugnava o desenvolvimento de uma “genuína antropologia comparativa dos secularismos baseada em estudos locais e historicamente particulares” (2010, p.86).

Dentro desta perspectiva pluralista do conceito, o presente artigo busca analisar o estatuto deste dispositivo jurídico-estatal, a laicidade, na singularidade brasileira a partir do exame de casos circunscritos à rede municipal de ensino na cidade de Juiz de Fora/MG. Fenômeno que, em nossa opinião, pode ser revelador de uma considerável improvisação, informalidade e até, no limite, despreparo dos agentes públicos (no âmbito da educação) para lidar com a presença do religioso neste espaço definido como estatal/público/laico. E se a nossa intuição para este caso puder ser estendida e comparada com outros casos no país, poderemos ficar mais seguros para sugerir uma hipótese. A de que uma das características históricas da modelagem da laicidade no Brasil se encontra no não equacionamento no seio da sociedade de uma normatização para o estabelecimento deste dispositivo. Isto permitiu e vem permitindo os arranjos mais variáveis em torno dele. Arranjos estes determinados pela presença pública ostensiva do campo religioso brasileiro (com sua correlação de forças interna). Em nossa opinião, ele é a dimensão mais proeminente e representativa de uma “vontade geral” brasileira no que diz respeito à dimensão das crenças e credos quando se trata de sua presença no espaço público.

Sustentamos esta nossa suposição da fluidez normativa da questão religiosa na nação, dentro da perspectiva histórico-antropológica de Giumbelli quando este detecta que a separação entre Estado e Igreja no Brasil na gênese da República em 1891 não definiu em termos jurídicos o papel da religião neste novo arranjo (Giumbelli, 2004, p.57). Segundo o autor, “o resultado [disto] é a articulação entre um Estado “moderno” – juridicamente laico – e uma sociedade “tradicional” – que não necessita se organizar de modo a manter o religioso dentro de limites próprios e específicos” (2004, p.57).

O transbordamento do campo religioso para o espaço público, desta forma, modula a separação estrita entre Estado e religião na direção de uma participação ativa da religião nos poderes públicos como forma de definição de regime laico. Esta especificidade brasileira já foi tematizada tanto na voz de um alto personagem da hierarquia religiosa (católica) quando afirmou que “o Brasil é um país laico, mas não ateu”, quanto de um sociólogo do fenômeno religioso

no país, que avaliou, não com a positividade expressa pelo prelado católico, que “a laicidade não constitui um valor e uma referência da República brasileira” e “nem a sociedade brasileira é secularizada” (2011, p. 254);

Em trabalho anterior, indicamos – a partir de um enfoque também histórico-antropológico – como práticas, crenças e rituais católicos são assimilados e aceitos como uma “religião natural” ou “cívica” por pais, alunos e professores no ambiente escolar. E desse modo beneficiando membros da Igreja Católica estabelecidos na direção destes estabelecimentos de ensino público que logram colocar uma agenda católica, de proselitismo e catequese no calendário pedagógico de unidades escolares (Camurça; Martins, 2013, p.102-116).

Quando sugerimos caracterizar os contornos de nosso pacto de laicidade em torno de uma normatização pouco definida, não significa que estamos clamando por uma. Ao contrário, o que estamos frisando é um percurso próprio de adequação da religião no espaço público. Neste sentido, seguimos esta nova corrente interpretativa da laicidade/secularismo que irrompe a partir de Casanova e Asad, para quem o conceito não reproduz simplesmente experiências históricas “clássicas” dos países centrais (mesmo que estas possam se constituir como uma referência), que implicariam numa retração necessária do religioso, mas que no nosso e em muitos outros casos funcionariam como relações e arranjos distintos entre religião e Estado, todavia com resultados não definidos de antemão, mas dados no curso dos processos.

Seguimos aqui também a intuição de Paula Montero em texto recente, de que em muitas sociedades secularizadas, pela sua situação de pluralismo, não são apenas fundamentos universais normativos a base para o entendimento coletivo, mas os “argumentos desenvolvidos publicamente, na interação com outros argumentos” (2013, p.21). Passa-se, então, da “investigação da teoria do secularismo”, enquanto domínio autorreferente e reificado para a “observação das controvérsias”, enquanto olhar para o uso e a disputa por atores (laicos e religiosos) de dispositivos segundo interesses em jogo e

dentro de uma correlação de forças, visando o estabelecimento de uma relação do Estado com as religiões. Enfim do “paradigma da secularização” para o “paradigma das controvérsias”(2013, p.20-21)

## 1. O religioso no espaço escolar pesquisado

Observamos de forma recorrente na nossa pesquisa em diversas escolas da rede pública municipal de Juiz de Fora<sup>1</sup>, diluída no ambiente laico e pedagógico, a presença naturalizada de símbolos religiosos como: crucifixos nas paredes, inclusive em salas de aula, cantinhos particulares de oração, santos protetores de ambientes e doenças, e por que não citar, os cartazes nos murais com propagandas da Via Sacra. Esses signos cristãos de matriz católica testemunham a presença disseminada da Igreja Católica na sociedade e espaço público brasileiro durante séculos. Ainda que hoje sua “eficácia simbólica” possa ser relativizada pelo não emprego deles em práticas rituais explícitas dentro das escolas, simbolizam indiretamente, em algumas delas mais que em outras, a presença difusa da religião (católica) que se traduz em orações praticadas no dia a dia da escola e no calendário escolar, etc., como iremos demonstrar adiante.

Em alguns depoimentos de professores e gestores, ressalta-se a naturalidade com que são tratados:

Um crucifixo? Não estou lembrada... Tinha nas salas, né? Há um tempo atrás tinha (...) Na secretaria eu lembro que tinha um crucifixo. Não, não lembro nas salas. Eu lembro na secretaria de ter um crucifixo, mas eu não estou vendo ele mais lá. Será que tem? Mas não é onde que tem acesso ao público. Dentro da secretaria, na sala da direção... Pra mim é tão natural né(...) Não faz eu reparar, porque... Fica em cima da mesa né? Aquilo é antigo... É... Não incomodou ninguém, e acho que não incomodou porque ninguém nunca falou nada (...) E o crucifixo na minha vida é muito comum, não é uma coisa assim que iria me causar um espanto. (Cecília)

Tem na entrada da escola, me parece que na secretaria (...) na subida da escada (...) tinha uma cruz enorme. Tem um tempo que eu não

<sup>1</sup> Escola Municipal Adhemar Rezende de Andrade, Escola Municipal Tancredo Neves, Escola Municipal Santos Dumont, Escola Municipal Professor Augusto Gotardelo, Escola Municipal Helena Almeida Gonçalves.

vejo aquela cruz lá. Vou até olhar. Porque coisa do dia a dia você nem presta atenção. Mas só a cruz solitária. Depende de quem é a diretora. A última, (...), por exemplo, me parece que ela tinha imagem de santo também, em um dos armários da sala dela. Me parece que em cima da mesa dela, quando ela era diretora, tinha imagem de santo, cheguei a ver (rs...) Mas a cruz me parece que está lá mesmo. (Ivone)

Os depoimentos são de professoras de diferentes escolas, mas têm algo em comum: a origem católica. Educadas sob a égide do catolicismo, não se incomodam com a presença destes símbolos, não despertando para uma reflexão sobre a pertinência de suas presenças em ambientes religiosos, como igrejas, mas não em ambientes públicos da representação universal da cidadania ou da nacionalidade.

Além disso, num número considerável de entrevistas realizadas, observamos que apesar da variação do pertencimento religioso, em geral os profissionais da educação pública não questionaram a presença desses símbolos como incompatíveis/problemáticos ao ambiente escolar. A naturalidade com que eles são incorporados reflete uma aceitação irrefletida desta presença: “nunca vi nada”, “será que é porque não incomoda?”, “o crucifixo ficou só naquele ambiente”, “foi um presente de amor”, “só a cruz solitária”, “foi deixado”, “faz parte da História”, “cantinho só nosso”. Justificativas que tendem a evitar um questionamento desta presença, isso porque de uma maneira geral, como diz Emerson Giumbelli, estes símbolos se tornaram mesmos “invisíveis”(2012:50). Este silêncio evidencia uma não problematização da presença do religioso nas escolas públicas enquanto uma questão relevante para a dinâmica pedagógica e a convivialidade da comunidade escolar (educadores, funcionários, alunos e pais). Salvo, como mostraremos adiante, quando esta presença – pelo surgimento de evidências de pluralismo religioso ou de posições laicistas– começa a gerar situações de desconforto, ou mesmo impasses que tanto podem ser escamoteados, “escondidos debaixo do tapete”, quanto podem ser tratados de uma forma improvisada “no calor da hora”.

Uma atitude de reação à presença destes símbolos religiosos foi o desta gestora:

Lá na secretaria tinha um quadro, só isso também. Tinha um quadro com Jesus Cristo loirão, bonitão, e com umas crianças em volta, sentadas em volta dele. Achei até legal que tinha uma pretinha lá no meio, sabe. Mas parece muito velho (risos). [A escola] tem 40 anos né. (...) assim, o quadro era bem velho, sabe. Aí eu falei: “gente esse quadro me incomoda”, até o dia que eu criei coragem e tirei... (Eva)

Ambas as alternativas são reveladoras de como se dão os processos de tratamento do religioso na escola pública, nos casos por nós observados. Uma explicação histórica de “longo curso” se faz necessária para se entender a permanência e persistência da influência religiosa (católica) na esfera pública do país.

Paula Montero defende a interessante ideia de que no Regime do Padroado Imperial, por estarem de tal forma entrelaçados a burocracia estatal e eclesiástica, a Igreja Católica tomou parte ativa na construção do Estado Nacional, influenciando nos valores do cotidiano da população e solidificando através deles a unidade do território nacional (2013, p.22). Quando da separação entre Igreja/Estado com o advento da República, esta se deu – ao contrário de países europeus de forte presença católica como a França onde o catolicismo foi um obstáculo à laicização – com a colaboração da própria Igreja, desejosa de se ver livre da tutela do poder imperial (2013, p.22). Retirando-se do Estado, esta Igreja pôde tornar-se uma força propulsora na construção de sua contrapartida: a sociedade civil (2013, p.23). Visto pela autora, este processo constitui-se como uma particularidade do modelo republicano brasileiro, no qual a Igreja Católica contribui decisivamente para a constituição de uma “comunidade imaginária nacional” (2013, p.23). Para ela, então, o pacto da laicidade no país não resulta em uma exclusão da religião (católica) do espaço público, concentrando-se em balizar e limitar a influência desta na sociedade, dentro da “queda de braço” entre as duas instituições. Enfim, a perspectiva geral da autora ressalta “o papel estratégico da Igreja Católica na construção da laicidade republicana e da cultura cristã como ideologia unificadora da nacionalidade” (2013, p.24).

Para Ari Oro, no Brasil “a Igreja Católica tendeu a receber uma discriminação positiva de parte do Estado enquanto que as religiões

tidas como minoritárias tenderam a receber uma discriminação negativa”. No entender do autor, esta primazia viola o dispositivo legal de separação Igreja-Estado e franqueia um tratamento desigual entre as religiões, posto que assegura um privilégio para as religiões cristãs, o catolicismo sobretudo. Portanto, para o autor, a laicidade no Brasil “não constitui um valor central da república” permanecendo “mais um ideal do que uma realidade” quando o Estado se traveste de uma “pretensa neutralidade em relação à religião”. (2011, p. 229)

Ricardo Mariano analisa que a separação Igreja-Estado no advento da República no Brasil não pôs fim aos privilégios católicos nem à discriminação estatal às demais crenças, principalmente às espíritas e afro-brasileiras (2011, p.246). Aponta, contudo, como situação de novidade ao quadro centenário de hegemonia católica e subordinação simbólica e institucional dos demais credos, o surgimento nas últimas décadas do século XX do pentecostalismo na esteira da redemocratização e do crescimento do mercado e mídia modernas. Através destes, para o autor, chega-se a um quadro de “destraditionalização religiosa”, no qual as filiações às crenças religiosas passam agora pela “opção pessoal consciente, voluntária e deliberada” ao contrário da situação até então imperante da “porosidade de fronteiras religiosas e duplicidade de filiação religiosa” ou dos “sistemas religiosos complementares, não excludentes” sob a égide do catolicismo (2011, p.247). Por sua vez, através do viés carismático, a Igreja Católica também se adapta à nova modalidade da competição religiosa no meio plural (ao invés de inercialmente ficar gozando da mentalidade do “brasileiro = católico”), por meio da Renovação Carismática Católica que investe agressivamente na busca por novos adeptos através de intervenções na mídia e política. Uma sugestão interessante do autor é que a “concorrência entre católicos e evangélicos”, que se dá no campo religioso, “migra para as esferas midiáticas e política”, logo para o espaço público (2011, p.249).

Mariano aponta a ação “proselitista e conversionista” do pentecostalismo como decisiva para a constituição do pluralismo religioso no Brasil, no sentido de “pôr em xeque a estreita identificação entre catolicismo e nacionalidade brasileira”(2011, p.248). Ao

introduzir a modalidade de pertença exclusiva, o pentecostalismo relativiza o modelo “sincrético-hierárquico” pelo qual o catolicismo se estabelecia como uma matriz para a qual todas as práticas religiosas convergiam, estas inclusive reconhecendo a preeminência das formas institucionais católicas.(2011, p.248).

No nosso entender, esta pluralização, contudo não implicou numa “desconfessionalização” da esfera pública, mas uma extensão/repartição da influência católica com outras religiões, particularmente evangélico-pentecostais. Como afirma Cecília Mariz, “as igrejas evangélicas (...) questionam o favoritismo que a Igreja Católica sempre recebera do Estado brasileiro, mas não defendem a laicidade do Estado e sim a repartição entre as diferentes igrejas cristãs do apoio estatal” (2011:267).

Um episódio relatado em uma das entrevistas pode nos servir de exemplo deste alargamento para outras religiões (evangélicas) nas relações de proximidade e de mútuos intercâmbios que historicamente a Igreja Católica praticou com o poder público. Ao ser procurado pela Secretaria de Educação para saber da viabilidade do funcionamento provisório de uma escola em um prédio de uma Igreja Evangélica, o pastor solicitou que o nome da mesma fosse o de um proeminente evangélico, exigindo, também, que os funcionários fossem de sua confissão, conforme depoimento de uma funcionária da Secretaria de Educação:

Devido a excesso de demanda na região, a Secretaria de Educação procurou as igrejas, principalmente lá da região para ver qual poderia atender e coincidiu que a Igreja Metodista estava fazendo um edifício de educação religiosa para atender a igreja na escola dominical com várias salas (...). Então coincidiu isso e a Secretaria de Educação sabendo que eu era metodista pediu para eu verificar isso junto à Igreja. E a Igreja cedeu o espaço (...) e a única coisa que ele [pastor] pediu foi colocar o nome do professor Gotardelo, por ser ele um professor e pastor presbiteriano. Então foi a única influência da Igreja, e por estar funcionando dentro da Igreja pediu para colocar como diretora pelo menos uma pessoa da igreja metodista, habilitada, que fosse lá da igreja, que cuidasse melhor das dependências da igreja, para evitar conflitos entre a igreja e os professores, um “meio de campo”.... Justamente o Pastor fez esse pedido, foram os funcionários da cantina

e a direção da escola (...) me lembro que eu falei com ele até, “ó Pastor, isso aí a gente não pode prometer não, porque tem concurso público, então é quem tiver na lista do concurso que vai entrar, nós não podemos escolher”. (Dinorah)

Esse depoimento ilustra os contornos do pacto da laicidade em que nos encontramos hoje no Brasil: uma presença diversificada do religioso no espaço público, no qual as religiões— a exemplo do catolicismo no passado — buscam obter os mesmos benefícios do Estado conferidos ao primeiro, e, assim como este, transformarem seus valores em “índices da nacionalidade” (Montero, 2013, p. 31).

Ao lado disto, a presença pública da religião numa forma pluralizada pode ensejar para o caso escolar enfocado, segundo algumas entrevistas, um início de incômodo (ao lado do conformismo naturalizado expresso nos depoimentos anteriores) ao se constatar a incapacidade da gestão escolar em lidar com este componente tão próximo da vida social e cultural do país, mas distinto de conteúdos pedagógicos:

(...) eu estou em crise, neste momento eu não sei o que fazer, porque no cotidiano é tudo muito difícil. E aí eu já não sei mais o que é que é religioso, o que é que é cultura, o que é que é tradição, e eu não sei o que fazer com isso tudo. (...) Estou procurando com todo mundo, tô correndo atrás (...) e converso com pessoal todo lá da Secretaria de Educação que trabalha com a questão da diversidade, de novo, porque não sei o que fazer com isso tudo. (...) Porque com relação a gênero, sexualidade... Tranquilo. Gênero, sexualidade, homossexualidade e raça tá tranquilo. Agora com relação à religião tá complicado. (Eva)

E a gente vê que isso, essa questão também chega à escola, as pessoas confundem também, a questão da religião com a questão dos valores. Isso não é a mesma coisa, agora a religião vai aparecer, vai, então é importante ter uma formação (...) não dá para simplesmente despejar isso na criança e achar que ela vai aprender sem uma reflexão maior. Então o professor tem que estar sempre refletindo sobre esta questão dos valores, isso é necessário na escola atual, (...) é cada vez mais urgente trabalhar com esses valores sim, e é necessário compreender a diferença entre os valores e a questão religiosa. (Adélia)

A inquietação destas gestoras, imbuídas do dever de serem protagonistas do que se passa no espaço escolar, diz respeito a como lidar com a religião (enquanto esta dimensão especial de sentido) que ocupa lugar singular no imaginário da nossa população, concebida como não redutível à raça, ao gênero, à sexualidade e até mesmo aos valores. Embora, para elas, como fato social/cultural que se impregna nos participantes da comunidade escolar, a religião deve ser discutida como algo que redunde em saber, conhecimento, reflexão, razão precípua da escola.

Trazido por Paula Montero para sua reflexão, o argumento do sociólogo paquistanês Tarik Modood parece ser emblemático desta aporia. Para ele, o reconhecimento da dimensão religiosa na esfera pública é “mais difícil de equacionar do que a ética, a racial ou a de gênero” (Montero, 2013, p. 19). Segundo Montero, a interpretação deste autor para a dificuldade de incorporação da religião no rol das outras dimensões já aceitas enquanto “reconhecimento de diferenças” é o seu caráter de “livre-escolha”. Enquanto que “sexo e raça não são escolhas e, portanto, os sujeitos não podem ser discriminados em função daquilo que não controlam”(Montero, 2013, p. 19), o fato de se optar por aderir um credo não é um salvo-conduto contra a discriminação, mas algo que o optante deve assumir como escolha pessoal/grupal, passível de contradição, e não como uma condição.

Uma via pela qual o Estado pós-constituente “cidadã” de 1988 tentou tematizar e regular através do tratamento pedagógico a presença das religiões no espaço escolar foi a elaboração da Lei 9475/97, que instituiu o Ensino Religiosocusteado pelo Estado, e orientado a ser ministrado sem proselitismo. Outra iniciativa indireta foi a criação da lei 10.639/03 que instituiu a disciplina “História e Cultura Afro-Brasileira”, na qual constariam as religiões de matriz africana enquanto temática. No entanto, aqui parece ocorrer o mesmo *gap* entre uma norma muito geral e seus desenvolvimentos e aplicações na realidade cotidiana. A primeira iniciativa inclusive transferindo a sua regulamentação para as unidades da federação, o que permitiu mais glosas, adaptações e desdobramentos em cima do princípio geral.

No caso do Ensino Religioso, a pesquisa de Giumbelli revela a multiplicidade de iniciativas que expressam entendimentos distintos de laicidade e pluralismo, embora com a recorrência destas duas noções na agenda das relações entre igrejas e Estado (2004, p.56). Em cima de uma etnografia dos fatos, discursos e ações perpetradas por agentes religiosos, políticos, legisladores e educadores que resultaram em arranjos diferenciados de como conceber e aplicar o Ensino Religioso, ele arrola “quatro modelos distintos para pensar a relação entre Estado, escola e religião”(2004, p.56): um primeiro modelo confessional, no qual professores registrados no MEC, mas ‘credenciados pela autoridade religiosa competente’ na proporção de representatividade (‘católicos’, ‘evangélicos’ e ‘outros’ ministram aulas para alunos destas confissões, respectivamente. Um segundo modelo, de cunho pluralista que retira das autoridades religiosas o poder da nomeação de professores e garante ao Estado a definição da escolha, por concurso público e dos conteúdos curriculares consultando ‘o conjunto das comunidades religiosas’. Um terceiro modelo ‘acadêmico’, elaborado por pesquisadores universitários, destinando o ensino a professores com habilitação em História, Filosofia e Ciências Sociais. E um quarto modelo que propugna a não existência desta modalidade de ensino na escola pública, lugar, por excelência, de ciência e reflexão” (2004, p.53-56).

Acompanhando uma escola pública na cidade de Niterói, a antropóloga Ana Paula Miranda e sua equipe detectam a improvisação no tratamento do Ensino Religioso na prática pedagógica desta escola. Segundo uma das três professoras do estabelecimento (todas católicas): “o que acaba acontecendo é que cada um faz o que quer” (Miranda et alii, 2011, p.07). O que elas afirmam praticar é uma linha “pluri-religiosa”, no entendimento delas não de “conteúdo religioso”, mas de fundamento “moral” através de valores religiosos (2011, p.06-07). Para tal, elas projetam filmes do circuito comercial a partir dos quais procuram retirar valores como os de “possuírem dons”, “compaixão”, ou que contemplam situações conflituosas, como o aborto, extraíndo, assim, ensinamentos de acordo com seu esquema de pensamento moral. Contudo, para Miranda e

sua equipe, “as professoras de ensino religioso empregavam uma gramática católica com a clara intenção de inculcar valores cristãos aos alunos”(2011, p.05).

No caso da disciplina “História e Cultura Afro-Brasileira”, seguimos aqui também a pesquisa de Miranda, que detecta uma controvérsia que levou uma professora da disciplina a recorrer à Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Rio de Janeiro. A referida professora com formação em Língua Portuguesa e Inglesa ministrava a disciplina numa escola municipal de Magé, adotando o livro paradidático “Lendas de Exu” com certificação do MEC. Sua intenção com o uso da publicação era “trabalhar os mitos e lendas da África buscando ‘desconstruir’ uma possível imagem negativa de Exu” (2011, p.09). Houve reclamações de pais evangélicos de que nas aulas estava sendo feito “apologia religiosa”, pois as crianças tinham sido obrigadas a portar uma faixa escrita “Exu”, além de terem de segurar cartazes com desenhos do mesmo. Após examinar o caso, o diretor concluiu que o conteúdo que estava sendo abordado na sala de aula não era literatura afro-brasileira, mas “místico religioso”, atinente ao “ensino religioso”, matéria não prevista na grade curricular municipal, “incompatível com uma escola e Estado Brasileiro laico” (2011, p.10). O diretor sugeriu que a professora adotasse outro livro, “Menina Bonita do Laço de Fita”, da escritora Ana Maria Machado, que estava tornando-se referência para abordar o tema da diversidade racial em turmas do ensino fundamental ou pré-escolar, e diante da recusa da professora, decidiu suspende-la de suas atividades na escola e colocá-la “à disposição” para outra escola (2011, p.10). A argumentação de Miranda, por estar interessada na questão da “intolerância religiosa”, envereda por outros desdobramentos. Para o nosso caso, é interessante observar que ambas as posições em contenda acionam representações da laicidade, da centralidade pedagógica e do respeito à diversidade, contra o preconceito. Da mesma forma, atribuem ao antagonista uma não observância destes princípios.

Retornando à nossa pesquisa, no depoimento desta gestora observa-se sua preocupação com a falta de orientação geral para lidar com a presença cada vez mais perceptível da religião no espaço

escolar. Ressente-se também da formalidade como é tratada qualquer demanda sobre a questão:

(...) essa questão religiosa, ninguém quer tratar do tema. É um tema polêmico, então ninguém quer discutir (...) então simplesmente quando você vai falar de religião eles te entregam a LDB, lê aí, a escola não pode professar a fé e acabou. Não é isso (...). A fé vai chegar, independente do professor falar dela ou não. E aí tem essa confusão pelo outro lado também, o professor acha que ele não precisa trabalhar moral, não precisa trabalhar ética, não precisa trabalhar valores porque isso é fé. Não é. Então a gente perde pelos dois lados (...) a gente está perdendo porque a gente não trabalha nem uma coisa nem outra (Adélia).

O depoimento é ilustrativo da percepção destes profissionais do ensino público de como a aplicação formal de uma lei geral (no caso, a LDB, no entendimento dela restritiva a presença das religiões no espaço escolar) não consegue dar conta do processo regulação real para a presença “viva” do universo religioso no cotidiano das escolas. Aliado a isto, a sua ansiedade de dar um tratamento à crescente realidade das religiões (na sua forma plural) já começando a reger “corações e mentes” de uma grande parcela da comunidade escolar. Por outro lado, também há falta de uma discussão sobre valores universais (religiosos) que poderiam ser trabalhados a partir e para além do fato “real” do religioso nas escolas. Para ela, “a gente não trabalha nem uma nem outra” e “está perdendo dos dois lados”.

## 2. Três casos paradigmáticos de presença do religioso no espaço escolar

Mediante as pesquisas realizadas, vislumbramos diversas posturas por parte das direções escolares no tratamento do fato religioso na escola pública.

Podemos dizer que uma parcela de gestores reproduz nesses espaços a presença da religião majoritária (católica), encarando esta presença como natural e não contraditória com a diversidade cultural/religiosa e com a função pedagógica universal da escola.

Outra parcela de gestores é surpreendida pela irrupção do religioso no formato de controvérsias acerca de sua adequação aos conteúdos escolares e curriculares. O tratamento destas questões “no calor da hora” resultará em impasses ou em arranjos piores ou melhores sucedidos. E ainda existem gestores que buscam colocar de forma consciente o tema do religioso na agenda escolar, se antecipando à eclosão de algum conflito, fruto da tensão latente entre o religioso e a estrutura de ensino e das religiões entre si no ambiente escolar. No entanto, isto também não assegura totalmente uma resolução satisfatória da questão.

Apresentaremos três casos que apareceram em nossa pesquisa como paradigmáticos destas três grandes modalidades de conduta existente nas escolas da rede municipal em Juiz de Fora<sup>2</sup>.

Introduziremos o primeiro caso, de uma escola, onde os gestores aceitam e até estimulam a reprodução de práticas e símbolos da religião majoritária entremeados nas atividades escolares. É o que observamos nesta escola municipal com mais de 100 anos de funcionamento e que tem uma ligação muito estreita com a Igreja Católica. Conexão que remete inclusive à fundação da escola, que se encontra incrustada no terreno da própria Igreja Católica. As datas comemorativas do calendário escolar, como na maioria das escolas, são realizadas de acordo com o calendário religioso cristão/católico: Quaresma, Páscoa, Natal, eventos divulgados por cartazes afixados nos murais, assim como outras comemorações de cunho mais cultural, como festa junina e dia da família, as quais guardam ainda algo forte desta influência católica.

Alguns fatos nos chamaram atenção durante a pesquisa etnográfica. Toda reunião pedagógica iniciava-se com a oração do Pai Nosso. Ao indagarmos se tal ato não simbolizava um evento de um domínio religioso específico, a saber, o cristão (católico), talvez não apropriado para uma escola laica e plural, foi-nos relatado pela coordenadora que sempre havia sido assim, pois essa era uma oração

<sup>2</sup> É evidente que estes casos funcionam como tipos ideais, modalidade da concepção weberiana, podendo, com certeza, haver nuances, interpenetrações entre um e outro e situações mistas entre eles. Mesmo nesta tipologia por nós estabelecida há de existir escolas que têm práticas correspondentes ao segundo e ao terceiro caso.

de cunho universal. Começamos a observar também que no horário de entrada os alunos eram colocados em fila e só seguiam para a sala com suas respectivas professoras após a oração do Pai Nosso. Ao fazermos a mesma indagação, mais uma vez foi-nos explicado por parte da coordenação acerca do caráter amplo e universal desta oração. Na comemoração do dia das mães no ano de 2012, a rádio da escola, que funcionava sempre às quintas-feiras, tocou a “Ave Maria”, para homenagear as mães. A Quaresma, também neste ano de 2012, teve um destaque maior, pois, durante todo o período, cartazes e *folders* da Igreja Católica ficaram afixados em locais bem visíveis, a ponto de um professor comentar que “a escola estava parecendo uma extensão da Igreja”. Na semana que antecede o Domingo de Páscoa, quando os católicos praticam jejum e abstinência, não foi servida carne aos alunos, somente arroz e batata. Indagando a uma funcionária porque não havia carne, esta nos confidenciou que sim, havia carne, a geladeira estava repleta.

Relataremos agora, em tom de comparação, dois episódios ocorridos nessa mesma escola, envolvendo alunos que não queriam participar de seus eventos oficiais. Um dos episódios envolve a rádio escolar: em junho de 2012, os responsáveis pela rádio levaram uma banda de jovens músicos roqueiros—*Magic Glitter*— em dois dias alternados, o primeiro para dar uma entrevista na rádio, com a execução de suas músicas, e no segundo, para tocar ao vivo na quadra da escola. No dia da entrevista havia um menino do 6º ano chorando muito na secretaria com uma funcionária ao lado tentando acalmá-lo. Indagando à funcionária, o que estava ocorrendo, ela nos disse que ele pertencia ao movimento da Igreja Católica, os “Arautos do Evangelho”<sup>3</sup>, e estava assustado porque acreditava que o rock era “música do demônio”, assim, a direção pediu para que ficasse com ela até terminar o intervalo, horário da apresentação da rádio escolar. Na quinta-feira, na hora do recreio cultural, quando a banda fez sua

<sup>3</sup> Os Arautos do Evangelho são considerados um movimento tradicionalista e ultraconservador que se organizam em torno de uma Associação Internacional de Fiéis de Direito Pontifício, a primeira a ser erigida pela Santa Sé no terceiro milênio. Isto ocorreu por ocasião da festa litúrgica da Cátedra de São Pedro em 22 de fevereiro de 2001. Disponível em <<http://www.arautos.org/view/show/341-arautos-do-evangelho>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

apresentação ao vivo, procuramos pelo aluno e não o encontramos. Fomos informados que ele não havia comparecido à aula naquele dia por saber da apresentação. Sua falta foi justificada. O episódio narrado poderia parecer compreensível – o não comparecimento do aluno a um evento do qual sua religião não aprova – se não fosse comparado a um caso ocorrido em ano anterior. Neste particular, dizendo respeito a um aluno pertencente ao grupo religioso Testemunha de Jeová, cuja doutrina não permite a adoração de ícones ou símbolos. Um dos eventos que acontecem na escola é o torneio esportivo, chamado inter-classes. Neste há solenidades, na abertura e encerramento, com saudação à bandeira e o hino nacional é cantado por todos os presentes na escola, alunos, professores e funcionários. Um fato específico nos chamou a atenção. No momento em que os alunos eram encaminhados ao local onde seria realizado o evento, observamos um aluno em pânico, tentando sair da fila. A coordenadora o chamou e disse que se não participasse do momento cívico, não iria participar dos jogos, que se realizariam naquela semana. O aluno saiu da fila e começou a chorar no refeitório, local para onde se encaminhou. O fato chamou-nos a atenção, pois sabíamos que ele amava futebol: era um dos melhores jogadores e estava muito entusiasmado pela expectativa do torneio, portanto, sua atitude era, no mínimo, “estranha”. Fomos perguntar ao aluno o porquê de tal atitude, e ele nos relatou que era Testemunha de Jeová, e que em sua religião não se podia adorar nada –no caso a bandeira nacional– a não ser Jeová. Tentando uma conciliação – e essa seria, pensamos, a atitude pedagógica esperada em um ambiente escolar –, buscamos negociar com a coordenação, que se mostrou intransigente. Fizemos, então, uma proposta ao aluno: que ele se mantivesse no local sem olhar para a bandeira e não cantasse o hino nacional. Assim foi feito, no momento da solenidade, ele permaneceu com os olhos fitados nos nossos, e em todos os outros momentos cívicos até o encerramento de nosso trabalho etnográfico na escola, continuou com essa atitude. Sugerimos a ele que seus pais fossem à escola para conversar sobre a questão, mas isso nunca ocorreu. Dois eventos similares, duas atitudes diferenciadas por parte da direção.

Nessa mesma escola, com relação aos espíritas e à sua inserção no campo religioso, um fato foi coletado e merece aqui ser citado. Durante os anos de 2007 a 2011, um “festival de pipoca” acontecia em um domingo utilizando a escola como ponto de encontro. Os representantes espíritas iam à escola, negociavam a data, deixavam cartazes-convite que eram expostos semanas antes do evento, e este ocorria sem maiores transtornos. No ano de 2012, período desta nova gestão escolar, não ocorreu desta forma. Observamos que os representantes espíritas tiveram que solicitar por vários dias uma conversa com o gestor, que não se mostrou receptivo ao evento, e quanto aos cartazes-convite, mesmo sendo deixados com antecedência na mesa do gestor, não foram expostos ao público.

Também nessa escola, com relação ao que Giumbelli chama de “via diferencialista” (2008, p. 86), os praticantes da umbanda e o candomblé se sentem mal vistos no ambiente escolar. Presenciamos paisligados a estes cultos irem reclamar porque, segundo eles, a coordenadora teria dito que as crianças eram “filhas de exu-caveira”, ao que ela procurou esclarecer que teria dito “que ninguém era filho de chocadeira”. Mal entendidos à parte, as religiões afro-brasileiras e indígenas só têm acesso ao ambiente escolar através das leis federais de inclusão transversal no ensino, de acordo com as Leis 10 639 e 11.645<sup>4</sup>. Pudemos averiguar que a discussão sobre a temática não é feita nem na “Semana da Consciência Negra”, na qual, nessa época, apenas colocam-se cartazes pela escola, apesar da biblioteca receber uma gama de material para ser trabalhado pelos professores em todas as etapas do ensino.

Passemos agora ao segundo caso. Neste constata-se nos profissionais do ensino, uma gradativa percepção das imagens e símbolos religiosos nas escolas enquanto objetos que – ao longo do tempo – podem passar por distintas apropriações. De um tempo em que eram referência ostensiva para rituais religiosos no espaço escolar, passando para outro tempo em que permanecem despercebidos, sujeitos a deslocamentos, mudanças de lugares, fruto

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2011/09/lei-11645-e-o-ensino-indigena.html>>. Acesso em: 1 out. 2013.

de reformas pelas quais passam as escolas na sua modernização, até a atualidade, quando podem causar estranhamento, incômodo ou até uma justificativa cultural/simbólica para a sua manutenção:

Essa cruz também é motivo de polêmica. Ela é antiga. (...) depois que foi posta nessa sala, então ali permaneceu. Então ela foi sendo deixada, porque era uma escola num terreno da Igreja. Tem uma santa também. (...) tinha uma mesa com a santa. Então ficava ali, e as crianças iam lá, faziam o nome do Pai para a santa. (...) Então tinha esse espaço, aí depois que passou por uma reforma, que até fechou, pôs escada pôs rampa e tudo, a santa desapareceu. Eu acho que ela está guardada numa sala (...) então esta foi retirada por causa dessa reforma. O resto [os crucifixos] foi sendo deixado, então a gente foi deixando. (Adélia)

Mas ao invés de uma simples acomodação em relação à sua presença, neste caso foi encaminhada uma votação para se decidir a respeito do destino destes símbolos religiosos (cruz, crucifixos, dos mesmos, sob o argumento de preservar a história da escola e sua tradição de ligação à Igreja Católica, doadora do terreno em forma de permuta, questão em andamento entre Prefeitura e Mitra Diocesana<sup>5</sup>.

Também nesta mesma escola pesquisada, a prática da oração do Pai Nosso entre os estudantes foi implementada por uma coordenadora pedagógica com o “intuito de acalmar os alunos”<sup>6</sup>. O questionamento vindo por parte de parcela dos professores foi imediato, sob o argumento que sendo uma escola laica não comportava práticas religiosas. Colocou-se o assunto em votação, e como ocorreu um empate técnico, optou-se por não fazer mais a oração. Transcrevemos o depoimento de três professoras quanto ao ocorrido:

<sup>5</sup> Segundo depoimento da diretora: “Foi publicado, a permuta, mas me parece que ainda não saiu a documentação do terreno que foi permutado para a Igreja, em nome da Igreja, da Mitra, né, que é parte da Igreja que era dona deste terreno e ainda não foi, apareceu no Diário Oficial, mas ainda não foi passada a posse oficial, deste terreno em nome da Prefeitura”. A funcionária da Secretaria de Educação foi enfática: “O terreno ali é comodato até hoje, eles estavam comprando.” (Dinorah).

<sup>6</sup> Muitas vezes a instituição do Ensino Religioso é defendida com este argumento.

E aconteceu uma experiência muito interessante nessa escola da prefeitura em que havia uma indisciplina, e (...) a coordenadora que estava lá naquele momento, dentro de uma reunião pedagógica, (...) resolveu, para acalmar as crianças, colocá-las todos os dias para rezar o Pai Nosso, que é uma oração universal, e concluíram que estava uma beleza e que após isso os meninos começaram a ficar mais calmos. Quando eu tive conhecimento disso, eu polemizei sobre a importância de respeitar os outros que a escola não tem que doutrinar, que é muito diferente a escola trabalhar a parte filosófica, ética, do que a escola doutrinar. Foi uma polêmica muito grande comigo e aí eu reiterei, e tornei a discutir que lá havia pessoas do candomblé, espíritas, e até pessoas também ateias, evangélicas e católicas, e que não se poderia dentro daquela escola impor alguma coisa para doutrinar o menino. Você poderia trabalhar da mesma forma filosoficamente. E isso foi um “auê”. (...) Se por um acaso vier alguém aqui fazer um ponto de candomblé, a reação vai ser a mesma? Vai ter essa abertura? Pensemos nisso. Se alguém aqui não acreditar em nada essa pessoa vai ser criticada? Pensemos nisso. A escola é de todos. Bom, a partir daí eu me municeei de vários documentos, procurei na internet e levei para a escola, levei até um documento do perigo, naquela época era a Rosinha Garotinho ou o Garotinho que queriam tirar né, queriam introduzir o criacionismo e tirar o darwinismo. Então é a intromissão dentro de um estado laico da religião. Levei para eles verem o perigo disso, que as coisas não são assim tão simples. O Pai Nosso é uma oração, mas as coisas não são assim tão simples. (Fernanda)

(...) quando começou-se a fazer orações no início das aulas de manhã cedo, houve professores que questionaram. Foi levado em reunião pedagógica. (...) a direção da escola começou a formar fila na entrada (...) tocava-se o hino nacional, o hino da escola (...) E aí, depois disso a coordenadora pedagógica puxava uma oração. Que era o Pai Nosso, e muitas vezes ela falava também. Falava que tem que agradecer a Deus... Os meninos em geral respeitavam esse momento. Faziam a oração. (...) Dos alunos, não. Nem dos pais. Mas houve questionamento por parte de professores, que disseram que a escola tem que ser laica. Porque é uma lei. E foi colocado isso em reunião pedagógica. (...) Foi. Aí parou-se de fazer a oração. (...) Os professores que questionaram a presença da oração nesse horário. Continua-se fazendo o hino, mas não tem mais a oração. (Ivone)

Até um ano (...) a coordenadora resolveu que para acalmar os meninos e tudo, de rezar o Pai Nosso antes de entrar e isso começou a dar

um certo conflito. Ao mesmo tempo em que você tinha todo um professorado que concordava com aquilo, uma vez que os meninos estavam chegando mais calmos para a sala de aula, que isso estava dando um clima bom na escola, que estava começando mais devagar, mais sossegado, com mais tranquilidade, ao invés da agitação e tudo, tinha um outro grupo que discordava, uma vez que acreditava que era manifestação de determinada religião. Então que aquilo estava fazendo propaganda né, e que escola não é lugar para isso, (...) Tem professor que tem costume sim, de na sala dele chegar e fazer uma oração, né, e aí ele convencionava com os alunos que aquele que não quiser rezar não precisa rezar. Então isso tem, então fica meio que, eles fazem meio que, alguns escondidos, outros põe isso explicitamente em reunião, de que eles rezam antes de começar a aula, outros questionam que todo mundo devia rezar, outros falam que não, que isso não tinha que ser feito na escola, então isso é um conflito evidente e diário. (Adélia)

Neste caso fica evidente, dentro do corpo docente, a existência de uma parcela significativa daqueles que compreendem que o religioso deve ficar ausente do espaço escolar. Para estes, a escola – ao lado da transmissão de conhecimentos – deve se concentrar na passagem de valores cívicos, morais e éticos e na reflexão “filosófica” acerca destas questões. Há, contudo, aqueles professores que velada ou abertamente continuaram a prática da oração cristã em sua sala de aula própria, mostrando os arranjos e “jeitinhos” entabulados.

Esta mesma escola possui uma quadra coberta que também foi motivo de controvérsias acerca de seu uso por instituições e agentes religiosos. No início, a quadra era totalmente desvinculada da escola, com um portão de acesso independente, fora do ambiente escolar. O controle, nessa ocasião, se dava via Igreja Católica – proprietária original do terreno – e eventos católicos ocorriam nesse local. A quadra também era utilizada pela escola, para suas aulas e também para seus eventos comemorativos. Assim como todo o terreno em que se encontra a escola, o Posto de Saúde e o Posto Policial, a quadra pertencia até bem pouco tempo à Igreja Católica. No entanto, o terreno passou a ser totalmente da Prefeitura de Juiz de Fora, deixando de ser cedido a estas instituições em regime de comodato. Igreja e Prefeitura fizeram uma permuta, que ainda não

saiu no Diário Oficial. De qualquer forma, a Igreja Católica não tem se utilizado mais da prerrogativa da posse do terreno. Aí começaram os problemas com as diversas Igrejas Evangélicas da comunidade.

Parece aceitável até agora, na nossa cultura pública, que as escolas emprestem suas instalações para utilização pública de entidades religiosas ou não, e isso acontece em todas as escolas em que fizemos entrevistas. Só que, pelo fato da quadra sempre ter sido utilizada pela Igreja Católica para os seus eventos, algumas igrejas evangélicas entenderam que poderiam dispor da mesma para seus eventos religiosos, e começaram a questionar porque estava sendo emprestada para uma igreja e não para a outra, até que o imbróglio foi parar na Secretaria de Educação:

Porque, aí teve um problema grave de igreja, de, foi emprestado para uma igreja, porque a Prefeitura permite e tudo, a outra veio com quatro pedras na mão dizendo que ela precisava, que ela tem um encontro de tal importância, procurou a Secretaria de Educação, pro pessoal da Secretaria de Educação ligar para mim que eu tinha que ligar pro outro, que estava emprestado a Igreja, aí eu falei aí, olha, a gente não quer confronto com as igrejas do bairro, a gente não quer isso, porque uma é mais importante, porque uma tem vínculo político com alguém da Secretaria de Educação para ver se empresta ou “desempresta” pra outra, então a gente prefere, enquanto a direção não aceitar isso aí. (Adélia)

Segundo, a gestora virou um transtorno o empréstimo da quadra e decidiu-se, em reunião do Colegiado, a não cedê-la para nenhuma igreja, para fins de utilização por motivos religiosos. Percebeu-se que a quadra havia virado uma fonte inesgotável de disputa entre as igrejas do entorno da escola:

Só que isso virou fonte de disputa, porque aí emprestou para um, aí porque que vai emprestar para um e não empresta para outra igreja, aí começou a ter esse problema, aí a gente teve que romper, não empresta pra nenhuma mais... a gente empresta para outros motivos, mas por essa questão religiosa a gente não empresta mais, Pra nenhuma igreja... não é do nosso interesse isso, então a gente prefere sabe, porque aí começa a ter o preconceito, prioriza uma e não prioriza outra.... É, essa parte é, a gente tem umas três igrejas evangélicas aí

em disputa que pesa.... Aí, é, para fazer cultos. Agora outras atividades a gente continua permitindo. Por exemplo, os Evangélicos do Sétimo Dia, eles tem atividade de escoteiro, um tipo de escoteiro que chama “aventureiros”... (Adélia)

É interessante observar que após essa controvérsia, resolvida com o afastamento dos cultos religiosos deste equipamento público, a atual gestão resolveu convidar através do colegiado da escola, algumas das religiões presentes no bairro para atividades dentro do espaço escolar. Segundo consta, chegou-se à conclusão que a escola deveria se abrir às religiões, “para três manifestações e pra quem mais quisesse” (Adélia). Os próprios membros do colegiado fizeram contatos e levaram para a escola três eventos em dias e horários alternados, um católico, um evangélico e um espírita:

Então a gente teve os três. A gente marcou, mandou bilhete para os meninos falando que ia ter e abrindo para outras religiões que se interessassem. Ninguém mais apareceu. Apareceram outros evangélicos querendo fazer mais cultos, mas como a gente já tinha conseguido um, né, que foi pelo membro do colegiado, a gente optou por fazer um de cada e não ter mais cultos, né, teve um culto, teve uma missa e teve um, uma reunião, né, é, espírita. E aí a gente teve, nos três casos um ibope muito baixo. (Adélia)

Aqui se chegou a uma solução “salomônica” de repartição equitativa entre as religiões institucionalizadas presentes no bairro. Uma concepção de laicidade como um espaço pluriconfessional.

Em interessante artigo, também Giumbelli detecta para o caso de Porto Alegre que hospitais públicos, *shoppings centers* e o aeroporto da cidade vêm reservando espaços inter-religiosos ou ecumênicos nos seus domínios. Com o aval do Ministério Público, uma nova concepção de ambiente laico– alternativo ao até então monopólio católico sobre estes espaços públicos – vem sendo gestada, a de serem preenchidos pela modalidade inter-religiosa (Giumbelli, 2013b, p. 44). Cecília Mariz também se refere ao modelo do Ensino Religioso nas escolas públicas do Rio de Janeiro, onde o percentual dos professores da matéria correspondia ao percentual de pertença religiosa da população como um arranjo que combinava “democracia com não secularização” (2011, p. 267).

Por fim, apresentamos o terceiro caso, no qual há gestores que acreditam que, como representantes do Estado, devem interferir mais ativamente na regulação do religioso no ambiente escolar. No entanto, se queixam da inexistência de uma política pública que os amparem nessa postura adotada. É o que demonstra o depoimento a seguir, da gestora desta escola que, nascida a partir da luta de uma comunidade, continua colocando na agenda escolar para a deliberação de sua comunidade, todas as questões pertinentes à presença da religião neste espaço. Ou seja, todas as questões recorrentemente controversas, como a permanência dos símbolos religiosos no ambiente escolar, a oração do Pai Nosso rezada no início do dia letivo, no seu entender devem ser discutidas e deliberadas coletivamente:

Então não é só falar assim, a escola é laica (...). Esses conflitos vão aparecer na sala de aula e o professor precisa ter formação. Precisa ter a formação do respeito, não é formação pra ensinar a religião dele, mas precisa ter a formação pra compreender a situação e saber agir da melhor forma possível numa questão de evitar preconceitos, de trabalhar com respeito à fé de cada um. (...) E a gente está sozinho de novo. (...) Eu acho que a gente acaba caindo um pouco sobre a hipocrisia. Aí fala que a escola não tem que professar fé e aí a gente acaba por ignorar coisas que estão atingindo nossas crianças, estão atingindo a educação. Entendeu. Porque aí a gente tem toda uma questão religiosa que perpassa, seja pelo poder político, como, está muito evidente agora e essa pressão religiosa sobre o poder político está chegando de uma forma muito negativa nas escolas, como está chegando agora, e aí a gente tem que fingir que não vê, que não pode falar disso. Sabe. Então o que se pretende é justamente não fazer a discussão, porque se não fizer a discussão, você cai na ignorância e aí a ignorância é algo fácil de controlar. (Adélia)

No entender desta gestora, a escola não deve simplesmente se preparar para apartar a religião dos seus conteúdos escolares, mas buscar se aparelhar para compreender reflexivamente a presença da religião na sociedade e, por consequência, na própria escola. Sob pena de ficar refém do discurso e crença religiosa que, segundo ela, inevitavelmente, está chegando à escola, a instituição deve se

antecipar e possuir um método para discutir o “preconceito” e a “ignorância” que podem advir da presença religiosa na escola.

Sentimos nesta escola algumas iniciativas neste campo como a de tentar um mapeamento da presença religiosa na comunidade escolar. Através de uma pesquisa, revelam que o perfil da comunidade tem se modificado bastante nos últimos anos, e poderíamos dizer, tem acompanhado os índices expressos no Censo do IBGE: queda da religião católica, crescimento evangélico, aumento entre os espíritas, etc.:

A gente fez um levantamento no ano passado da parte religiosa dele e conflitou muito com um levantamento que a gente tinha antigo (...) mais ou menos 70% de católicos (...) acho que foi em 2007 ou 2008 que a gente fez o levantamento, então veio essa marcação de que a maioria era católica, a gente não tinha quase ninguém que se declarava espírita. E pouquíssimos se declaravam espíritas e uma pequena parcela evangélicos, quase ninguém marcou outros ou nada a declarar, ou deixava em branco, ou marcava dessa forma... Entre 2008 e 2012 a gente teve... eu não sei se era 46%, 48% se declarando como católicos, aí a gente tinha, acho que 30% se declarando evangélicos e a gente tinha o restante se declarando espírita ou outro. Então assim, a gente viu que os índices mudaram muito em pouco tempo. (Adélia)

Essa preocupação sobre a modificação de pertencimento religioso da comunidade escolar que cerca esta escola municipal é um fator interessante. Em geral, nas demais escolas pesquisadas não há uma preocupação em saber qual é o tipo de religião que a sua clientela frequenta.

A comunidade no entorno da escolase estendeu, e o pertencimento religioso se ampliou conseqüentemente, como demonstrado pela quantidade de templos espalhados pelo bairro, principalmente as igrejas pentecostais. A convivência destas com a escola é crescente, empréstimos do prédio escolar às igrejas ocorrem com frequência, sempre que solicitada com antecedência. As igrejas também, de sua parte, colaboram na divulgação, afixando cartazes de atividades da escola, sempre que solicitadas.

Detectamos também em outra escola uma preocupação de alguns membros do corpo docente em conhecer mais a pertença

religiosa de seu alunado e dos seus pais. Tudo isto no sentido de trabalhar os conteúdos pedagógicos através da realidade cultural e simbólica de sua clientela.

Saulo, professor da escola, consegue observar que nessa escola os evangélicos podem não ser necessariamente a maioria, mas eles se fazem presentes, ou seja, questionam muito mais do que qualquer outra religião, fazendo proselitismo, por vezes.

(...) Ou o catolicismo, que é a maioria dos professores, ou os evangélicos, né, os pentecostais que é a maioria dos alunos. (...) Isso é bem claro. (...) Quero dizer, a maioria de alunos, não sei se posso dizer a maioria, mas que existe uma presença forte de evangélicos entre os alunos. É, a maioria, não! Mas existe a presença forte. (...) Mas acho que a maioria é católico, entre alunos e professores, mas o catolicismo hoje ainda é o catolicismo não praticante, né, e os evangélicos são praticantes. Então essa que é a diferença, os evangélicos são atuantes, então eles querem trazer a religião, querem te converter, enquanto os católicos não. (Saulo)

Glória, atual gestora, observa que houve uma mudança de pertença na comunidade escolar a partir da presença das igrejas evangélicas espalhadas pelo bairro, que vêm até a escola para utilizar suas acomodações. Observa também que houve um acréscimo de umbandistas e candomblecistas, apesar de não entrar no mérito da questão, mas para ela, isso realmente é um fato. Em conversas informais com alunos da escola, soubemos da existência de alguns centros de cultos afro-brasileiros, e identificamos, também, que alguns alunos são iniciados no candomblé, porém, preferem manter-se no anonimato para evitar estigmatizações.

Há um tempo atrás a gente notava que tinha muita criança, (...) que era católica. Hoje em dia não é mais assim não, a maioria das pessoas são evangélicas, existem aquelas também que são espíritas, mas é da parte, não é espírita kardecista não, é de umbanda mesmo né, que frequentam os terrenos de macumba, eu acho que é assim né, e católico eu acho que está perdendo um pouco de espaço. (...) Por exemplo, aqui no bairro, se você observar tem uma Igreja Católica e muitas igrejas evangélicas... A escola sempre é procurada para empréstimo para as igrejas evangélicas, elas já tem sede própria que fazem os cultos, mas

são muitas promoções, eles fazem vigília, festival de massa, e pela Igreja Católica ela foi procurada uma vez para uma missa. Então eu percebo que tem bem mais gente evangélica do que católica. (Glória)

Cecília é uma das professoras mais antigas da escola, já tendo trabalhado com diversas gerações. Sua observação nos mostra certa perplexidade com as mudanças religiosas em curso, aliado a um “olhar sociológico” que busca classificar e interpretar essas modificações, intuição que curiosamente encontra afinidades com as análises que os estudiosos do movimento evangélico-pentecostal empreendem.

(...) Muitos anos atrás, eu já tive mais alunos que eu sabia que eram evangélicos pela roupa. Porque até um tempo atrás a gente tinha um grupo de alunos que era da Assembleia de Deus, eu acho que era Assembléia, eu acho, e nessa igreja, era uma igreja bem radical, tinha que usar cabelo comprido, as meninas, saia comprida, sem maquiagem, roupa sem decote. A roupa dizia isso, e o comportamento também. Eram meninas muito recatadas. Eu tenho na memória duas famílias que eram assim, você batia o olho e você sabia que elas eram da Assembleia (...) E eram famílias numerosas, eram 5, 6 filhos. Falavam baixinho, contido (...) Hoje, a caçula de uma família dessas, foi nossa aluna, já usava calça jeans, andava com umbigo à mostra, blusa justa, ia para a escola maquiada, só não cortou o cabelo, quer dizer, cortou um pouco. (...) Eu não consigo identificar mais quem é da Assembleia, quem é católico, não tem esse diálogo, não tem essa conversa, ninguém fica perguntando quem é. Não dá muito para perceber mais. (Cecília)

Em outra escola, a gestora passou a instruir a secretaria para no ato da matrícula e renovação de matrícula, colocar, dentre os dados solicitados aos pais, o quesito religião. Este levantamento precedeu um questionário que a mesma gestora introduziu para ser aplicado nos pais, no sentido de obter sua opinião acerca dos eventos do calendário cultural da escola: Carnaval, Páscoa, Festa Junina, etc. Sabedora da resistência de alguns pais religiosos a estes eventos, a gestora resolveu se antecipar e colher opiniões buscando um consenso de como realizar estas comemorações sem ferir suscetibilidades de crença e credo:

Chegou a Páscoa e eu comecei a perguntar. Todo mundo que eu via eu perguntava: qual a sua religião? Motorista de táxi, pessoa que sentava do meu lado dentro do ônibus (...) comecei, qual é a sua religião? se fosse evangélico, beleza, era tudo que eu queria, aí eu falava assim, como que é Páscoa pra você. Aí eles me explicavam. O que é que eu fiz, eu convoquei alguns pais da escola, evangélicos, notadamente, bem radicais até, na postura deles, e me pedi para que eles me falassem o que significava a Páscoa para eles, para a igreja deles, pra gente entender o que era. (...) algumas igrejas me deram uma posição, falando assim que a Páscoa era ressurreição (...) era um momento de partilha. O que eles não concordavam era com a questão do coelhinho da páscoa, até porque entrava numa questão, também, capitalista. Porque virou um comércio (...) Enfim, a gente fechou (...) que era uma partilha. Então o que nós decidimos na escola. Já tem um tempo que a gente não dá ovinho de Páscoa para as crianças. A gente faz um bolo e faz um momento com eles falando da partilha, da celebração, da amizade, de querer bem, de não desejar o mal e tal, e a gente fala sobre isso. Aí esse ano a gente continuou nessa linha, não trabalhando (Eva).

Mesmo nesta modalidade de celebração, a gestora ainda considera que algumas das convicções de pais e alunos ficam desconsideradas, os não-cristãos ou ateus, por exemplo. De fato, é uma celebração que contempla a maioria: católicos e evangélicos:

(...) a gente definiu que não ia ter, que não ia ter pintura de rosto de coelhinho, não ia ter orelhinha de coelhinho, não ia ter nada falando de coelhinho, a gente ia falar de Páscoa como sendo um momento religioso, que tratava da ressurreição, mas aí entrava num conflito grande porque tem religiões que não acreditam na ressurreição, e sem contar no grupo que pode ter que é ateu, que não acredita em nada disso. Entendeu? É muita coisa para a gente cuidar [ela se referia aí a pluralidade de crenças detectadas no último Censo IBGE: são mais de 15 mil nomes de religião no último censo, condensadas em 66 categorias]. Mas aí nós fizemos vista grossa para algumas coisas e contemplamos só a maioria, que são católicos e evangélicos (Eva).

No entanto, mesmo com uma preocupação de colocar explicitamente os temas da presença religiosa na escola, esta gestora reconhece que não pode resolver a grande contradição da gestão escolar em relação a esta pluralidade religiosa (ainda que com sua

hierarquia em termos de representatividade): considerar todo o espectro religioso, não incluir nenhum dentro do ambiente escolar ou incluir de acordo com seu peso em termo de pertença da população:

(...) se você for parar para pensar em termos de globalização, existem outras religiões não católicas, as outras religiões não cristãs (...) os muçulmanos não acreditam em Jesus, elas são maioria no mundo, entendeu, as religiões cristãs só são maioria no Ocidente, não no mundo, e nós estamos vivendo num mundo globalizado, então se eu tiver que atingir todas as religiões, ou eu ponho todo o calendário religioso dentro da escola ou retiro todo o calendário religioso de dentro da escola. Só que aí tem a parte cultural. Porque nós temos uma cultura ocidental cristã, entendeu, até que ponto essa cultura pode ou não interferir (Eva).

## Conclusão

Observamos, no decorrer desta pesquisa realizada junto a professores e gestores da rede municipal de ensino de Juiz de Fora, que não existe uma estratégia comum a todos. Lidar com a presença da religião no ambiente escolar varia de local para local, dependendo dos atores, e essa presença pode até nem ser visibilizada. Mas, também observamos escolas em que a discussão sobre a religião busca antecipar na forma de esclarecimento, às vezes, as tensões que possivelmente poderiam ocorrer devido a sua presença.

Diversas possibilidades, um pluralismo de debates, e até mesmo inexistência deles. A escola pública nos fornece um material riquíssimo de pesquisa, entre alunos, seus responsáveis, professores, gestores e funcionários. Uma multiplicidade de opiniões, de valores que nos permite verificar diferentes concepções de regular o religioso e formas para colocá-las em prática.

Tentamos seguir nesta pesquisa a sugestão de Giumbelli de que “há todo um trabalho de pesquisa a ser feito junto às escolas. Afinal, é lá que se concretizam, ou não, os modelos definidos por providências legislativas ou executivas” (2004, p.60).

Por isso tudo, pretendemos aqui evitar uma perspectiva normativa de tomar processos ou dispositivos jurídico-políticos

historicamente consagrados (secularização, laicidade) como modelos fixos dos quais os casos reais se aproximam ou afastam, resultando sempre em “faltas” ou “limitações” (Giumbelli, 2013b, p.33) destes em relação ao modelo ideal: “sociedade pouco secularizada”, “quase laicidade”, etc.

Pretendemos ter demonstrado neste texto uma opção epistemológica de trabalhar nos interstícios, lacunas entre uma legislação geral e vaga e o “chão” da escola. Para tal, buscamos adotar a perspectiva de Giumbelli, por um enfoque que privilegiou “uma aproximação molecular, capaz de evidenciar dispositivos e práticas nem sempre formais, nem sempre articulados diretamente por aparatos estatais” (2013a, p.56).

## Referências

ASAD, Talal. *Formation of the secular: Christianity, Islam, Modernity*. Stanford: Stanford University Press, 1993.

BURITY, Joanildo. Religião e Cidadania: alguns problemas de mudança sociocultural e de intervenção política. In: *Religião e Cidadania*, Joanildo Burity e Péricles Andrade (orgs.). São Cristóvão: Editora UFS, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

CAMURÇA, Marcelo & MARTINS, Sueli. “Sobre a permanência e a naturalização do catolicismo na esfera pública no Brasil: ocaso de uma escola municipal”. *Cultura y Religión*, vol 07, nº 2, 2013, pp.102-116.

CANNEL, Fenella. “The Anthropology of Secularism”. *Annual Review of Anthropology*, vol 39, 2010, pp. 85-100.

CASANOVA, José. *Public religions in the modern world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

GIUMBELLI, Emerson. Religião, estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. *Estudos Avançados*. 18(52), p. 47-52, 2004.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião e Sociedade*. v. 28, n. 2, pp. 80-101, 2008.

\_\_\_\_\_. “Crucifixos em recintos estatais e monumento do Cristo Redentor: distintas relações entre símbolos religiosos e espaço público. In: *A Religião no Espaço Público: atores e objetos*, São Paulo: Terceiro Nome, 2012, pp. 45-60

\_\_\_\_\_. “Para estudar a laicidade, procure o religioso”. In: Verónica Giménez Béliveau e Emerson Giumbelli (orgs.) *Religión, Cultura e política en las Sociedades del siglo XXI*. Buenos Aires: Biblos, 2013a, pp. 43-68.

\_\_\_\_\_. “O que é um ambiente laico? Espaços (inter) religiosos em instituições públicas”. *Cultura y Religión*, vol. 07, nº 2, 2013b, pp.32-47

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*. Porto Alegre, v.11, nº 2, 2011, pp.238-258.

MARIZ, Cecília. “Algumas reflexões sobre a religião e luta pela cidadania”. In: *Religião e Cidadania*, São Cristovão: Ed. UFS, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011, pp. 263-272.

MIRANDA, Ana Paula. *A intolerância religiosa e o ensino religioso confessional obrigatório em escolas públicas no Rio de Janeiro*. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. 07 a 10 de agosto de 2011. UFBA|. Disponível em [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307634312\\_ARQUIVO\\_aintoleranciareligiosaeoensinoconfessionaloobligatorioemescolaspublicasnoRiodeJaneiro.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307634312_ARQUIVO_aintoleranciareligiosaeoensinoconfessionaloobligatorioemescolaspublicasnoRiodeJaneiro.pdf). Acesso em 05 abril 2012.

MONTERO, Paula. “Religião, Laicidade e Secularismo. Um debate contemporâneo à luz do caso brasileiro”. *Cultura y Religión*, vol 07, nº 2, 2013, pp.13-31.

\_\_\_\_\_. “Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando a religião como discurso”. *Religião e Sociedade*, 2012/1, pp.167-183.

ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente: algumas considerações. *Civitas*, v. 11, n. 2, Porto Alegre, p. 221-237, maio-ago 2011.